

**ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.**

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



seguros auto  
residência

Itaú

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores acionistas e demais interessados,**  
Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

**NOSSO DESEMPENHO**

**• Prêmios emitidos**

Com a migração das emissões de seguros de automóveis frota a partir de novembro de 2018 para a Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais, os prêmios emitidos da Companhia tiveram redução de 3,2%, totalizando em 2018 R\$ 933,2 milhões.

**• Despesas administrativas**

Em 2018, o índice de despesas administrativas e outras despesas operacionais sobre os prêmios ganhos foi de 17,3%, com aumento de 1,1 ponto percentual em relação ao ano anterior, resultado basicamente causado pela redução no prêmio ganho devido ao processo de migrações das emissões de seguros de automóveis.

**• Resultado financeiro**

As receitas financeiras totalizaram em 2018 R\$ 132,6 milhões, com redução de R\$ 66,4 milhões, ou 33,4% em relação ao ano anterior devido à redução nas receitas com aplicações financeiras em R\$ 55,3 milhões, ou 43,3%.

As despesas financeiras totalizaram em 2018 R\$ 40,5 milhões, com redução de R\$ 3,1 milhões, ou 7,1% em relação ao ano anterior.

**• Índice combinado**

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais, sobre prêmios ganhos), em 2018 foi de 94,8%, com redução de 2,9 ponto percentual em relação ao ano anterior. Esta variação decorre principalmente da redução de 9,5 ponto percentual no índice de sinistralidade, compensado pelo aumento de 7,5 ponto percentual

nos índices de despesas administrativas e no índice de comercialização. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2018 foi de 86,5%, inferior em 2,3 ponto percentual em relação ao ano anterior.

**• Lucro líquido e por ação**

O lucro líquido totalizou em 2018 R\$ 82,5 milhões, com redução de R\$ 42,2 milhões ou 33,9% em relação a 2017. O lucro por ação foi de R\$ 0,28 em 2018 similar com R\$ 0,28 em 2017.

**DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS**

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

**RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que funcionários e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca atender seus públicos de interesse.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (www.portoseguro.com.br/ri) e na edição de 27 de fevereiro de 2019 do jornal O Estado de São Paulo.

**AMBIENTE ECONÔMICO**

O ano de 2018 foi marcado pela retomada da atividade doméstica, que teve uma leve frustração diante das expectativas iniciais, com o PIB de 2018 devendo mostrar uma expansão de cerca de 1,3%. Uma longa e ampla paralisação dos caminhoneiros e as incertezas relacionadas com o pleito presidencial também acabaram por comprometer a confiança de

consumidores e investidores, comprometendo as decisões de consumo e investimento, respectivamente.

Diante da grande ociosidade dos fatores de produção, com destaque para a ainda elevada taxa de desemprego, o espaço para pressões inflacionárias derivadas da desvalorização cambial registrada no ano mostrou-se bastante limitado, permitindo ao Copom reduzir a taxa Selic para a mínima histórica (6,5%) e ainda assim encerrar o ano com o IPCA ao redor de 3,7%, abaixo, portanto, do centro da meta inflacionária (4,5%).

No cenário político, o ano terminou dominado pela expectativa de que a nova gestão federal promovia o necessário avanço da agenda de reformas fiscais, com destaque para a do sistema previdenciário, ainda mais necessária em meio a um ambiente internacional cada vez mais desafiador. A indústria de seguros, por sua vez, apresentou crescimento de 6,6% em 2018 (prêmios de seguro, segundo a SUSEP), acima dos níveis observados nos últimos anos, principalmente devido ao mercado de automóveis ter acelerado sua recuperação, com aumento de 14,6% na venda de veículos novos (vs. 2017). A sinistralidade observada no geral teve redução, ocasionada principalmente pela queda nos números de roubos e furto no país. Para 2019, espera-se a continuidade da estabilização da taxa SELIC e da inflação e deverá marcar a consolidação da retomada do crescimento econômico, aumentando as oportunidades para o setor e para a Companhia.

**AGRADECIMENTOS**

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2019

A Administração

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais)**

Ativo	Nota explicativa		Passivo e patrimônio líquido	
	de 2018	de 2017	de 2018	de 2017
<b>Circulante</b>	<b>802.618</b>	<b>977.372</b>	<b>676.854</b>	<b>756.221</b>
Disponível	9.425	8.748	50.431	53.964
Caixa e bancos	9.425	8.748	12.1	17.666
Equivalentes de caixa	6	11.663	33.922	
Aplicações	7	336.866	428.241	
Créditos das operações com seguros e resseguros	8	297.252	346.195	
Prêmios a receber		297.252	346.182	
Operações com resseguradoras		-	13	
Outros créditos operacionais		752	2.928	
Ativos de resseguro - provisões técnicas	15.1	354	196	
Títulos e créditos a receber		37.330	37.292	
Títulos e créditos a receber		12.865	14.590	
Créditos tributários e previdenciários	9.1	23.769	22.500	
Outros créditos		696	202	
Outros valores e bens	10	6.579	11.524	
Bens à venda		6.579	11.524	
Despesas antecipadas		878	1.048	
Custos de aquisição diferidos	11	101.519	107.278	
Seguros		101.519	107.278	
<b>Não circulante</b>	<b>436.534</b>	<b>523.260</b>	<b>275.815</b>	<b>244.371</b>
Realizável a longo prazo		436.378	522.917	
Aplicações	7	400.343	479.865	
Outros créditos operacionais		939	968	
Títulos e créditos a receber		33.306	37.573	
Créditos tributários e previdenciários	9.1	14.798	19.932	
Depósitos judiciais e fiscais		18.109	17.327	
Outros créditos operacionais		399	314	
Outros valores e bens	10	1.790	4.320	
Custos de aquisição diferidos	11	-	128	
Seguros		-	128	
Imobilizado		117	343	
Bens móveis		-	39	
Outras imobilizações		117	304	
Intangível		39	63	
Outros intangíveis		39	63	
<b>Total do ativo</b>	<b>1.239.152</b>	<b>1.500.632</b>	<b>1.239.152</b>	<b>1.500.632</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)**

	Nota explicativa	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Prêmios emitidos	18	933.190	963.788
Variações das provisões técnicas de prêmios	19	26.374	588.944
<b>Prêmios ganhos</b>	<b>18</b>	<b>959.564</b>	<b>1.552.732</b>
<b>Receita com emissão de apólices</b>		<b>5.047</b>	<b>5.558</b>
<b>Sinistros ocorridos</b>	<b>20</b>	<b>(458.348)</b>	<b>(889.616)</b>
<b>Custos de aquisição</b>	<b>21</b>	<b>(252.873)</b>	<b>(334.971)</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>22</b>	<b>(36.925)</b>	<b>(72.022)</b>
<b>Resultado com resseguro</b>		<b>(468)</b>	<b>(653)</b>
Receita com resseguro		3	(445)
Despesa com resseguro		(471)	(208)
<b>Despesas administrativas</b>	<b>23</b>	<b>(129.454)</b>	<b>(179.848)</b>
<b>Despesas com tributos</b>		<b>(31.904)</b>	<b>(40.599)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>24</b>	<b>92.073</b>	<b>155.320</b>
<b>Resultado operacional</b>		<b>146.712</b>	<b>195.901</b>
<b>Perdas com ativos não correntes</b>		<b>(116)</b>	<b>(294)</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>146.596</b>	<b>195.607</b>
<b>Imposto de renda</b>	<b>9.2</b>	<b>(28.016)</b>	<b>(35.041)</b>
<b>Contribuição social</b>	<b>9.2</b>	<b>(22.481)</b>	<b>(28.410)</b>
<b>Participações sobre o lucro</b>		<b>(13.630)</b>	<b>(7.482)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>82.469</b>	<b>124.674</b>
Quantidade de ações		195.953	391.874
Quantidade ponderada de ações		293.914	443.675
Lucro líquido por ação - R\$		0,28	0,28

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais)**

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>82.469</b>	<b>124.674</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>(541)</b>	<b>6.066</b>

**Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:**

Ajustes de títulos e valores mobiliários	(790)	10.636
Efeitos tributários	316	(4.787)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(112)	394
Efeitos tributários	45	(177)
<b>Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários</b>	<b>81.928</b>	<b>130.740</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL:** A Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 - Torre B - 2º andar, São Paulo (SP) - Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos em todas as regiões do país, conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo território nacional. A Companhia é uma controlada direta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3. A Companhia realizou entre novembro de 2016 e de 2017 a migração das emissões de seguros de automóveis individuais e iniciou em outubro de 2018 o processo para migração das emissões de seguros de automóveis frota para companhia Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, também controlada pela Porto Seguro S.A., que passa a operar com as marcas Porto Seguro e Itaú Auto. A Companhia continua a operar com seguros residenciais. A migração tem como objetivo a obtenção de sinergias de processos e sistemas, preservando ambas as marcas. **1.1 Reclassificações (\*):**

	Publicado 31/12/2017	Reclassificação	Reapresentado 31/12/2017
--	----------------------	-----------------	--------------------------

**Resultado**  
Custos de aquisição (300.238) (34.733) (334.971)  
Despesas administrativas (214.581) 34.733 (179.848)

(\* Saldos diversos de outras despesas de comercialização que foram revisados e reclassificados entre si de acordo com as naturezas das despesas para melhor apresentação e comparabilidade. **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:** As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no período de 2018 alterações nas políticas contábeis relevantes, exceto pela Circular SUSEP nº 543/16 que entre outros assuntos, extinguiu a figura dos custos iniciais de contratação (CIC), utilizado no reconhecimento do prêmio ganho. Desta forma, o prêmio comercial líquido de cosseguro passou a ser diferido integralmente conforme a vigência do risco a partir de 1 de janeiro de 2018. **2.1 Base de Preparação:** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das

continua →

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais)**

	Nota Explicativa	Capital social	Aumento/(redução) de capital (em aprovação)	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>544.673</b>	-	<b>145.270</b>	<b>3.522</b>	-	<b>693.465</b>
AGE de 27/10/2017	17 a	-	(124.673)	-	-	-	(124.673)
Ajustes de avaliação patrimonial	17 b	-	-	-	6.066	-	6.066
<b>Lucro líquido do exercício</b>		-	-	-	-	<b>124.674</b>	<b>124.674</b>
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal		-	-	6.234	-	(6.234)	-
Dividendos mínimos obrigatórios e JCP	17 d	-	-	-	-	(44.545)	(44.545)
Dividendos intermediários	17 d	-	-	(81.052)	-	(73.895)	(154.947)
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>544.673</b>	<b>(124.673)</b>	<b>70.452</b>	<b>9.588</b>	-	<b>500.040</b>
Aumento/(redução) de capital:							
Portaria SUSEP nº 743, de 15 de janeiro de 2018	17 a	(124.673)	124.673	-	-	-	-
Portaria SUSEP nº 1058, de 5 de setembro de 2018	17 a	(250.000)	-	-	-	-	(250.000)
AGOE de 29 de junho de 2018	17 a	-	70.452	(70.452)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	17 c	-	-	-	(541)	-	(541)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		-	-	-	-	<b>82.469</b>	<b>82.469</b>
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal		-	-	4.123	-	(4.123)	-
Reservas estatutárias		-	-	32.861	-	(32.861)	-
Dividendos mínimos obrigatórios e JCP	17 d	-	-	-	-	(20.485)	(20.485)
Dividendos intermediários	17 d	-	-	-	-	(25.000)	(25.000)
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>170.000</b>	<b>70.452</b>	<b>36.984</b>	<b>9.047</b>	-	<b>286.483</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais)**

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
<b>Atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do exercício	82.469	124.674	(34.079)	(656.919)
Ajustes para:			(2.866)	1.894
Depreciações e amortizações	233	900	(43.117)	(57.986)
Constituição/(reversão) de perdas por redução ao valor recuperável dos ativos	(195)	(89)	-	-
Perda na alienação de imobilizado	-	293	-	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>			<b>270.837</b>	<b>271.310</b>
<b>Atividades de investimento</b>				
Pagamento pela compra:				
Imobilizado e intangível			(7)	(184)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>			<b>(7)</b>	<b>(184)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>				
Redução de capital			(250.000)	(124.673)
Dividendos pagos			(42.412)	(197.864)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>			<b>(292.412)</b>	<b>(322.537)</b>
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>			<b>(21.582)</b>	<b>(51.411)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>			<b>42.670</b>	<b>94.081</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>			<b>21.088</b>	<b>42.670</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras





☆ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

provisões e contingência para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios em curso normal. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 15 de fevereiro de 2019. **2.1.1 Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas serão apresentadas até 15 de março de 2019, conforme facultado pela SUSEP. As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Porto Seguro, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), foram divulgadas pela sua controladora Porto Seguro S.A. em 4 de fevereiro de 2019. **2.2 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. **2.3 Caixa e Equivalentes de Caixa:** Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Ativos Financeiros: (a) Mensuração e Classificação:** A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias: **(i) Mensurados pelo Valor Justo por Meio do Resultado - Títulos para Negociação:** São classificadas nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem. **(ii) Títulos Disponíveis para Venda:** São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment"). **(iii) Empréstimos e Recebíveis (Clientes):** Incluem-se nesta categoria os recebíveis (prêmios a receber de segurados) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.5.1). **(b) Determinação de Valor Justo de Ativos Financeiros:** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia: • Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto. • Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos. **2.5 Análise de Recuperação de Ativos ("Impairment"):** **2.5.1 Empréstimos e Recebíveis (Clientes):** Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco). A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de deveres classificados em uma mesma categoria. Adicionalmente, são provisionados os prêmios cuja vigência do risco de seguro tenha expirado, conforme regras da SUSEP. Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo e observando também regras específicas da SUSEP. **2.5.2 Títulos Disponíveis para a Venda:** A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado. **2.6 Bens à Venda - Salvados:** A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP. **2.7 Custos de Aquisição Diferidos (DAC):** As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. **2.8 Contratos de Seguros e Contratos de Investimento - Classificação:** A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro. Os contratos de assistência a segurados nos quais a Companhia contrata prestadores de serviços ou utiliza funcionários próprios para a prestação dos serviços, como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato. Na data de balanço, não foram identificados contratos classificados como contratos de investimentos. **2.9 Passivos de Contratos de Seguros: 2.9.1 Avaliação de Passivos Originados de Contratos de Seguro:** Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis. Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da

Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir: **(a)** A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo. **(b)** A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão. **(c)** A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela provisão "IBNeR", com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas. **(d)** A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas. A IBNR do ramo DPVAT (seguro obrigatório) é constituída conforme determina a Resolução do CNSP. **(e)** A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios. As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais. **2.9.2 Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste, exceto DPVAT. Esse teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios do CPC 11 e da SUSEP. Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atualizadas. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios no período subsequente à data-base de cálculo. Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo/complementando a Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Alguns contratos permitem o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). Fica resguardado, também, o direito contratual de se buscar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos. Consequentemente, estimativas de recuperações são incluídas como um redutor na avaliação e, consequentemente, na execução do TAP. A Companhia não adotou de forma antecipada a compensação de fluxos conforme permitido por regulação da SUSEP. **2.10 Provisões Judiciais e Passivos Contingentes e Depósitos Judiciais:** As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante. **2.11 Reconhecimento de Receitas: 2.11.1 Prêmio de Seguro e Resseguro:** As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.9.1(a)). As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional). **2.11.2 Receita de Juros:** As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento. **2.12 Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio:** A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada para o cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente. **2.13 Imposto de renda e Contribuição Social:** Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras é constituída à alíquota de 20% e passará para 15% em 1º de janeiro de 2019 conforme Lei nº 13.169/15 (vide nota explicativa nº 9.2). Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações. **3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. **3.1 Avaliação de Passivos de Seguros:** O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia. As provisões de sinistros a liquidar, IBNeR e IBNR também são estabelecidas mediante a utilização de julgamentos e estimativas pela Administração. O valor total dos passivos de contratos de seguro, em 31 de dezembro de 2018, era de R\$ 802.708. **3.2 Cálculo do Valor Justo e de "Impairment" de Ativos Financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do

balanço. Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito no item 2.5.1. O valor total dos ativos financeiros (incluindo caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e prêmios a receber de segurados), em 31 de dezembro de 2018, era de R\$ 1.055.549 para os quais existem R\$ 1.038 de provisão para risco de crédito. **4. GESTÃO DE RISCOS:** A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários a identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos. A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas. Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promovem o acultamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos. Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente. Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há permanentemente, um fórum de alto nível na Companhia, denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem por atribuição assessorar a alta Administração na aprovação de políticas institucionais e limites de exposição a riscos, analisar os riscos relevantes que lhe forem submetidos, assim como validar as ações de mitigação e estratégias para desenvolvimento contínuo dos processos de gestão de risco. A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias: **4.1 Risco de Crédito:** O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por: **(a) Portfólio de investimentos:** Para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "A" de acordo com a metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações. Em 31 de dezembro de 2018, 77,2% (75,6% em 31 de dezembro de 2017) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA". Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired"). **(b) Inadimplência nos prêmios a receber:** É a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurados da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 8.1.1. **4.2 Risco de Liquidez:** O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Neste contexto, estão estabelecidas regras de prazo máximo de vencimento das operações e "rating" da contraparte. Há, também, a definição de caixa mínimo em relação as projeções dos fluxos de caixa. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento. A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2018		Dezembro de 2017	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	162.887	1.529	183.049	971
Fluxo de 0 a 30 dias ....	83.222	58.450	111.549	74.415
Fluxo de 2 a 6 meses ...	181.076	200.606	200.583	248.569
Fluxo de 7 a 12 meses	60.376	85.670	72.978	68.878
Fluxo acima de 1 ano ..	564.609	36.916	767.117	68.777
<b>Total .....</b>	<b>1.052.170</b>	<b>383.171</b>	<b>1.335.276</b>	<b>461.610</b>

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes. (ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações e prêmios a receber. (iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros. **4.3 Risco de Mercado:** O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Inflação (IPCA/IGP-M).....	60,4%	44,3%
Pós-fixados (SELIC/CDI) .....	31,3%	49,9%
Prefixados.....	8,3%	5,8%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. Adicionalmente, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade, testes de "stress" e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio. Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade da carteira de instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2018, nos termos da Instrução CVM nº 475/08:

Fator de risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
	+ 50 b.p.	(8.569)
	+ 25 b.p.	(4.413)
Índices de preços .....	+ 10 b.p.	(1.798)
	- 10 b.p.	1.798
	- 25 b.p.	4.413
	- 50 b.p.	8.569
	+ 50 b.p.	(278)
	+ 25 b.p.	(232)
Juros pós-fixados .....	+ 10 b.p.	(185)
	- 10 b.p.	185
	- 25 b.p.	232
	- 50 b.p.	278

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3. (ii) Bruto de efeitos tributários. Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia



☆ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

nhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações. **4.4 Risco de Seguro/Subscrição:** O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento. A Companhia emite seguros de automóveis e danos. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco: **(a) Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos. **(b) Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.9.2). **(c) Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos. **(d) Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros. Cada diretoria de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos. As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem: • Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos. • Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores. • Utilização como indexador, para os passivos do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados. • Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente. • Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável. Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível. Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.1.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências. **4.4.1 Automóveis:** A Companhia opera em todo o território nacional, operando apólices de seguro de automóvel para pessoas jurídicas, através de contratação de frotas. Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos. A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

Localidade	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Região Sudeste	64,9%	67,1%
Região Nordeste	11,9%	10,3%
Região Sul	11,4%	11,4%
Região Centro-Oeste	9,9%	9,7%
Região Norte	1,9%	1,5%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidos de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Despesas administrativas - aumento de 15,0 p.p.	(10.453)	(8.514)
Sinistros - aumento de 15,0% ..	(6.272)	(9.678)

**4.4.2 Danos - Residências:** A principal medida de mitigação é a inspeção prévia dos locais segurados. A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

Localidade	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Região Sudeste	76,7%	76,1%
Região Sul	12,8%	12,6%
Região Nordeste	4,0%	5,0%
Região Centro-Oeste	5,1%	5,0%
Região Norte	1,4%	1,3%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidos de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Sinistros - aumento de 15,0% ..	(7.609)	(6.437)

**4.5 Risco Operacional:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal. A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer um método para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável. Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado. **5. GESTÃO DE CAPITAL:** A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 3 anos, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital. Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados. De forma independente, a área de Gestão de Riscos Corporativos monitora a aderência aos requerimentos regulatórios e aos critérios de política interna. A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 17 (e). **6. EQUIVALENTES DE CAIXA:** Equivalentes de caixa incluem operações compromissadas lastreadas principalmente em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) e Letras do Tesouro Nacional (LTNs) com vencimentos em até 3 meses. **7. APLICAÇÕES:** **7.1 Estimativa de Valor Justo:** **7.1.1 Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado - Títulos para Negociação (\*):**

	Dezembro de 2018			Dezembro de 2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Fundos abertos</b>						
Cotas de fundos de investimentos	152.545	-	152.545	173.632	-	173.632
Outras aplicações	280	-	280	316	-	316
	<b>152.825</b>	<b>-</b>	<b>152.825</b>	<b>173.948</b>	<b>-</b>	<b>173.948</b>
<b>Fundos exclusivos</b>						
LFTs	62.455	-	62.455	248.823	-	248.823
NTNs - B	117.730	-	117.730	170	-	170
NTNs - C	2.335	-	2.335	38	-	38
Debêntures	-	1.206	1.206	-	-	-
Outros	-	315	315	-	135	135
	<b>182.520</b>	<b>1.521</b>	<b>184.041</b>	<b>249.031</b>	<b>135</b>	<b>249.166</b>
<b>Total</b>	<b>335.345</b>	<b>1.521</b>	<b>336.866</b>	<b>422.979</b>	<b>135</b>	<b>423.114</b>

**Percentual das aplicações classificadas nesta categoria**..... 46% 47%

(\* Os títulos para negociação da Companhia são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos e exclusivos e letras financeiras de títulos do tesouro, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

**7.1.2 Títulos Disponíveis para Venda:**

	Dezembro de 2018		Dezembro de 2017	
	Nível 1	Total	Nível 1	Nível 2
<b>Carteira própria</b>				
NTNs - B	285.821	285.821	365.803	-
LTNs	63.324	63.324	56.971	-
NTN - C	50.569	50.569	46.561	-
Debêntures	-	-	-	15.317
<b>Total (i)</b>	<b>399.714</b>	<b>399.714</b>	<b>469.335</b>	<b>15.317</b>
Circulante	-	-	-	5.127
Não circulante (ii)	-	399.714	-	479.525
<b>Percentual das aplicações classificadas nesta categoria</b> .....		54%		53%

**8. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS: 8.1 Prêmios a Receber:**

	Dezembro de 2018		Dezembro de 2017	
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber de líquido	Prêmios a receber líquido
Patrimonial	214.859	(487)	214.372	206.358
Automóvel	83.227	(549)	82.678	140.573
Outros	204	(2)	202	484
	<b>298.290</b>	<b>(1.038)</b>	<b>297.252</b>	<b>346.182</b>

**8.1.1 Composição Quanto ao Prazo de Vencimento:**

	Dezembro de 2018		Dezembro de 2017	
	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
A vencer	288.097	340.942	5.198	603
Vencidos de 1 a 30 dias	8.340	5.198	603	395
Vencidos de 31 a 60 dias	782	603	277	-
Vencidos de 61 a 120 dias	265	395	-	-
Vencidos acima de 120 dias	806	277	-	-
	<b>298.290</b>	<b>347.415</b>	<b>297.252</b>	<b>346.182</b>
Redução ao valor recuperável..	(1.038)	(1.233)		
	<b>297.252</b>	<b>346.182</b>		

**8.1.2 Movimentação:**

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Saldo inicial	346.182	521.042
Prêmios emitidos	1.033.269	1.056.200
IOF	64.616	65.401
Adicional de fracionamento	56.195	63.232
Prêmios cancelados	(126.210)	(131.474)
Recebimentos	(1.076.605)	(1.227.790)
Redução ao valor recuperável..	(195)	(429)
<b>Saldo final</b>	<b>297.252</b>	<b>346.182</b>

**8.1.3 Redução ao Valor Recuperável:**

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Saldo inicial	1.233	804
Provisões constituídas	3.871	1.186
Reversões	(4.066)	(757)
<b>Saldo final</b>	<b>1.038</b>	<b>1.233</b>

As despesas/reversões de provisões para riscos de créditos foram registradas na conta "Outras despesas operacionais" da Demonstração do Resultado (vide nota explicativa nº 22). **8.1.4 Prazo Médio de Parcelamento:**

Produto	Dezembro de 2018		Dezembro de 2017	
	Quantidade de parcelas	de 2018	Quantidade de parcelas	de 2017
Automóvel	1 a 5	47,2%	60,7%	
	6 a 11	52,7%	39,1%	
	12	0,1%	0,2%	
Patrimonial	1 a 5	8,6%	9,5%	
	6 a 11	2,0%	2,1%	
	12	89,1%	88,4%	

**9. TRIBUTOS: 9.1 Créditos Tributários e Previdenciários:**

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda corrente	12.511	13.149
Contribuição social corrente	8.910	8.905
Outros	2.348	446
	<b>23.769</b>	<b>22.500</b>

**Não circulante**

PIS e COFINS diferidos sobre PSL e IBNR	10.830	10.120
Imposto de renda e contribuição social diferidos (*)	3.968	9.812
	<b>14.798</b>	<b>19.932</b>

(\* Vide nota explicativa nº 9.1.1.)

**9.1.1 Tributos Diferidos - Ativo:**

	Dezembro de 2017	Const. de 2017	Rever. de 2017	Dezembro de 2018
<b>Diferenças temporárias decorrentes de:</b>				
Provisão de participação nos lucros	3.544	6.914	(10.296)	162
Provisão para riscos sobre créditos	3.491	339	(3.558)	272
Provisões para processos judiciais	2.042	6.223	(7.216)	1.049
Benefícios a empregados	735	6.751	(5.001)	2.485
	<b>9.812</b>	<b>20.227</b>	<b>(26.071)</b>	<b>3.968</b>

**9.2 Reconciliação da Despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro:**

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	146.596	195.607
(-) Participações nos resultados	(13.630)	(7.482)
<b>Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)</b>	<b>132.966</b>	<b>188.125</b>
Alíquota vigente	45%	45%
<b>Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)</b>	<b>(59.835)</b>	<b>(84.656)</b>
Juros sobre capital próprio	9.218	20.045
Incentivos fiscais	1.185	1.537
Outros	(1.065)	(377)
<b>Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)</b>	<b>9.338</b>	<b>21.205</b>
<b>Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)</b>	<b>(50.497)</b>	<b>(63.451)</b>
<b>Taxa efetiva (D/A)</b>	<b>38,0%</b>	<b>33,7%</b>

**9.3 Estimativa de Realização**

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2019	12.281
Após 2019	2.517
<b>Total - ativo</b>	<b>14.798</b>
<b>Valor presente (*)</b>	<b>14.203</b>

(\* Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia do exercício, líquida dos efeitos tributários. Neste estudo é considerado a

(i) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em dezembro de 2018 era de R\$ 386.348 (R\$ 470.496 em dezembro de 2017), gerando assim um ganho não realizado registrado em "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido de R\$ 13.366 (R\$ 14.156 em dezembro de 2017), e um efeito de - R\$ 790 na demonstração de resultado abrangente, bruto dos efeitos tributários. (ii) A diferença para o total das aplicações refere-se aos investimentos em ações da Seguradora Líder, avaliados ao custo de aquisição, uma vez que não existem mercados ativos para essas ações, no montante de R\$ 629 em dezembro de 2018 (R\$ 340 em dezembro de 2017).

**7.2 Movimentação das Aplicações Financeiras (\*):**

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Saldo inicial	942.028	1.531.586
Aplicações	506.809	858.798
Resgates	(769.652)	(1.595.934)
Rendimentos	72.421	127.756
Ajuste a valor de mercado	(2.734)	19.822
<b>Saldo final</b>	<b>748.872</b>	<b>942.028</b>

(\* A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda e os ativos classificados como equivalentes de caixa. **7.3 Taxas de Juros Contratadas:** As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Equivalentes de caixa (*)	6,37	6,87
<b>Fundos exclusivos</b>		
Letras financeiras % CDI	103,00	106,27
NTNs B - IPCA	4,83	-
<b>Carteira própria</b>		
LTNs	11,30	11,30
NTNs B - IPCA	5,85	5,98
NTNs C - IGPM	5,45	5,45

(\* Vide nota explicativa nº 6.

alíquota de imposto que vigorará em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido, especialmente para empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, onde a alíquota de contribuição social passará de 20% para 15% em 1º de janeiro de 2019, conforme Lei nº 13.169/15. Como resultado dessa alteração na alíquota, a Companhia registrou em 31 de dezembro de 2018 uma perda de R\$ 159, para o ajuste dos seus ativos e passivos fiscais diferidos.

**10. BENS À VENDA - SALVADOS (\*):** Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Permanência até 30 dias	922	2.300
Permanência de 31 a 60 dias	3.197	3.672
Permanência de 61 a 120 dias	2.966	4.911
Permanência de 121 a 365 dias	2.856	4.560
Permanência a mais de 365 dias	4.303	7.294
	<b>14.244</b>	<b>22.737</b>
(-) Redução ao valor recuperável	(5.836)	(6.830)
	<b>8.408</b>	<b>15.907</b>

Circulante 6.579 11.524  
Não circulante 1.829 4.383

(\* Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

**11. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS (DAC):**

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Patrimonial	71.123	67.691
Automóveis	30.314	39.576
Outros	82	139
	<b>101.519</b>	<b>107.406</b>
Circulante	101.519	107.278
Não circulante	-	128

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses.</



☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.1 Movimentação dos Passivos de Contratos de Seguros e Ativos de Resseguros:

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.493.706	501
Constituições decorrentes de prêmios	933.187	1.080
Amortização pelo risco decorrido	(1.529.452)	(1.385)
Aviso de sinistros	887.060	445
Pagamento de sinistros	(957.189)	(445)
Atualização monetária e juros	40.076	-
Outras (constituição/reversão) (*)	(30.601)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	836.787	196
Constituições decorrentes de prêmios	888.679	629
Amortização pelo risco decorrido	(967.401)	(468)
Aviso de sinistros	413.516	(3)
Pagamento de sinistros	(408.184)	-
Atualização monetária e juros	39.311	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	802.708	354

(\*) Refere-se à movimentação da CIC que foi extinta pela Circular SUSEP nº 543/16 (vide nota explicativa nº 2). 15.2 Garantia das Provisões Técnicas: De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

Montante estimado de sinistro no ano do aviso	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Um ano mais tarde	466,3	406,3	365,9	356,6	291,1	251,9	274,5	209,6	222,3
Dois anos mais tarde	391,7	385,6	345,2	396,8	357,0	293,5	305,9	204,3	-
Três anos mais tarde	425,2	419,9	402,0	437,5	381,0	316,7	504,4	-	-
Quatro anos mais tarde	450,5	464,6	430,5	458,1	399,1	342,2	-	-	-
Cinco anos mais tarde	485,5	487,2	446,9	473,0	420,5	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	503,4	500,0	457,1	489,7	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	511,6	508,3	470,1	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	518,1	519,1	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	527,8	519,1	470,1	489,7	420,5	342,2	504,4	204,3	222,3
Pagamentos acumulados até a data-base	(473,2)	(455,0)	(397,8)	(403,2)	(322,0)	(231,0)	(382,0)	(74,5)	-
Total	5,0	9,5	8,2	14,2	12,0	12,7	11,2	7,4	222,3

PSL e IBNR reconhecidas no balanço

15.4 Provisão de Sinistros a Liquidar - Judicial

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Saldo inicial	116.884	115.942
Pagamentos	(39.836)	(38.413)
Constituições	51.066	58.273
Baixas da provisão por êxito	(9.849)	(6.568)
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	(4.928)	(20.824)
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (i)	15.564	8.474
Saldo final (ii)	128.901	116.884

(i) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo. (ii) Não incluem saldos de DPVAT.

16. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS: A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de naturezas tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico e de seus consultores externos. Contudo existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final destas saídas. Essas provisões estão registradas no valor de R\$ 6.405 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 9.271 em 31 de dezembro de 2017). Adicionalmente, existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante de R\$ 62.441 (R\$ 72.872 em dezembro de 2017) referente a ações tributária, trabalhista e cível, para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, não há constituição de provisão (perda possível). Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações. 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: (a) Capital Social: Em 31 de dezembro de 2018 o capital social autorizado, subscrito e integralizado era de R\$ 170.000, dividido em 195.952.812 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal. A AGE de 27 de outubro de 2017 deliberou redução de capital no montante de R\$ 124.673, aprovado pela SUSEP em 15 de janeiro de 2018. A AGE de 16 de abril de 2018 deliberou redução de capital social no montante de R\$ 250.000, aprovado pela SUSEP em 5 de setembro de 2018. Adicionalmente, a AGE de 27 de junho de 2018 deliberou aumento de capital no montante de R\$ 70.452, mediante a integralização da Reserva Legal, em fase de aprovação pela SUSEP.

(b) Reservas de Lucros (i) Reserva Legal: A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2018, seu saldo era de R\$ 4.123 (R\$ 70.452 em 31 de dezembro de 2017). Vide nota 17(a).

(ii) Reservas Estatutárias: Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2018, seu saldo era de R\$ 32.861, em 31 de dezembro de 2017 não havia saldo de reserva estatutária. (c) Ajustes de Avaliação Patrimonial: Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 7.1.2). (d) Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio - JCP: De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração da mutação do patrimônio líquido. A Administração da Companhia aprovou, nas reuniões de diretoria, realizadas em 27 de junho de 2018 e 31 de outubro de 2018, a distribuição a seus acionistas de JCP no valor de R\$ 17.412 (R\$ 37.863 em dezembro de 2017), líquidos de imposto de renda.

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Total das provisões técnicas (A)	802.708	836.787
Direitos creditórios (i)	267.246	276.930
Custos de aquisição diferidos pagos	41.273	43.860
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	308.519	320.790
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	494.189	515.997
Necessidade de ativos líquidos (ii) (D)	34.699	43.953
Títulos de renda fixa - públicos	381.179	412.365
Cotas de fundos de investimento	173.990	173.632
Garantias das provisões técnicas (E)	555.169	585.997
Excedente (E - C - D)	26.281	26.047

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer. (ii) A partir de 2014, o CNSP passou a exigir que as empresas supervisionadas ofereçam, no mínimo, 20% de seu Capital Mínimo Requerido (CMR) em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos. 15.3 Comportamento de Provisões: A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões para sinistros brutos de resseguro da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Lucro líquido do exercício	466,3	406,3	365,9	356,6	291,1	251,9	274,5	209,6	222,3
(-) Reserva legal	(4,123)	(4,123)	(4,123)	(4,123)	(4,123)	(4,123)	(4,123)	(4,123)	(4,123)
Lucro líquido do exercício	462,2	402,2	361,8	352,5	287,0	247,8	270,4	205,5	218,2
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	19,586	19,586	19,586	19,586	19,586	19,586	19,586	19,586	19,586
Dividendos intermediários	25,000	25,000	25,000	25,000	25,000	25,000	25,000	25,000	25,000
Dividendos mínimos - JCP	17,412	17,412	17,412	17,412	17,412	17,412	17,412	17,412	17,412
Total de dividendos e JCP	42,412	42,412	42,412	42,412	42,412	42,412	42,412	42,412	42,412
Total por ação (R\$)	0,21644	0,21644	0,21644	0,21644	0,21644	0,21644	0,21644	0,21644	0,21644

(\*) Em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 20.485 destacados na DMPL estão incluídos os dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 3.073, referentes ao imposto de renda retido na fonte (15%) sobre JCP.

(e) Demonstração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e Capital Mínimo Requerido (CMR):

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Patrimônio líquido	286.483	500.040
Despesas antecipadas	(878)	(1.048)
Ativos intangíveis	(39)	(63)
Superávit TAP	4.671	6.929
Patrimônio líquido ajustado	290.236	505.858
Capital-base (I)	15.000	15.000
Capital de risco de subscrição	155.645	193.034
Capital de risco de mercado	15.577	22.345
Capital de risco de crédito	12.663	17.639
Capital de risco operacional	6.429	10.404
Efeito da correlação entre os capitais de risco	(16.821)	(23.659)
Total de capital de risco (II)	173.493	219.763
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	173.493	219.763
Suficiência de capital	116.743	286.095

18. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSÃO:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Compreensivo residencial	485.113	463.492
Automóveis	276.255	304.543
Responsabilidade civil facultativa veículos	96.781	111.289
DPVAT	43.451	43.072
Demais - automóveis	31.590	37.168
Total	933.190	959.564
Prêmios emitidos	933.190	959.564
Prêmios ganhos	933.190	959.564
Sinistralidade (%)	47,8	26,4
Comissão	26,4	26,4

19. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Bruto de Líquido de resseguro	802.708	836.787
Líquido de resseguro	802.708	836.787
Bruto de Líquido de resseguro	802.708	836.787
Líquido de resseguro	802.708	836.787
Provisão de prêmios não ganhos	26.753	26.589
Outras provisões	(379)	(379)
Total	26.374	26.210

20. SINISTROS OCORRIDOS:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Sinistros avisados - administrativas	(378.982)	(822.895)
Serviços de assistência	(58.186)	(84.287)
Sinistros avisados - judiciais	(40.967)	(38.941)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(4.935)	12.906
Salvados	49.885	87.339
Ressarcimentos	12.243	15.830
Outras despesas com sinistros	(37.406)	(59.568)
Total	(458.348)	(889.616)

21. CUSTO DE AQUISIÇÃO (\*):

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Comissões sobre prêmios retidos	(215.461)	(209.173)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(5.886)	(106.301)
Outras recuperações de despesas de comercialização	(31.526)	(19.497)
Total	(252.873)	(334.971)

(\*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 11) e as despesas de comercialização não diferidas.

22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Receitas operacionais	3.267	1.437
Total de outras receitas	3.267	1.437
Serviços de assistência	(15.040)	(25.440)
Cobrança	(11.026)	(12.783)
Benefícios e cortesias para clientes	(5.431)	(16.635)
Encargos sociais	(1.727)	(1.687)
Administração de apólices e contratos	(478)	(7.664)
Dispositivo anti-furto	(91)	(2.356)
Outras	(6.399)	(6.894)
Total de outras despesas	(40.192)	(73.459)
Outras receitas e despesas operacionais	(36.925)	(72.022)

23. DESPESAS ADMINISTRATIVAS:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Despesas compartilhadas (*)	(67.990)	(75.850)
Serviços de terceiros	(23.732)	(32.232)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(23.633)	(46.065)
Localização e funcionamento	(6.465)	(13.249)
Donativos e contribuições	(1.993)	(5.336)
Publicidade	(372)	(667)
Outras	(5.269)	(6.449)
Total	(129.454)	(179.848)

(\*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro e do grupo Itaú Unibanco.

24. RESULTADO FINANCEIRO:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Adicional de fracionamento de prêmios	56.195	63.232
Juros de títulos disponíveis para a venda	47.760	64.979
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	24.661	62.777
Variações monetárias dos depósitos judiciais	601	541
Outras	3.373	7.412
Total de receitas financeiras	132.590	198.941
Operações de seguros	(39.311)	(40.076)
Outras	(1.206)	(3.545)
Total de despesas financeiras	(40.517)	(43.621)
Resultado financeiro	92.073	155.320

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são: (i) Contas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da Porto Cia; (ii) Prestação de serviços do seguro e plano de saúde contratados da Porto Saúde; (iii) Convênio de rateio de custos administrativos com empresas do grupo Itaú Unibanco, principalmente, em função da utilização de estrutura comum e despesas de pessoal; (iv) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados das empresas Portopar e Porto Investimentos; (v) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento; (vi) Prestação de serviços de monitoramento efetuado pela Proteção e Monitoramento. Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Ativo		
Itaú Unibanco	10.860	13.731
Total	10.860	13.731
Passivo		
Porto Cia	5.160	5.183
Total	5.160	5.183

Demonstração do resultado - despesas

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Porto Cia	(71.503)	(90.289)
Porto Atendimento	(14.017)	(20.996)
Itaú Unibanco	(15.186)	(18.511)
Outros	(8.935)	(10.494)
Total	(109.641)	(140.290)

25.1 Transações com Pessoal-Chave: As transações com pessoal-chave da administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Participação nos lucros - administradores	8.156	3.990
Honorários de diretoria e encargos	793	1.322
Total	8.949	5.312

26. OUTRAS INFORMAÇÕES: (a) Comitê de Auditoria: O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

(b) Aumento de Capital: A SUSEP aprovou em 2 de janeiro de 2019, a AGE de 27 de junho de 2018 que deliberou aumento de capital no montante de R\$ 70.452, mediante a integralização da Reserva Legal. (c) Composição Acionária (\*):

	Participação
Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.	100,0%
Porto Seguro S.A.	70,8%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	29,2%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itaú Unibanco Participações S.A.	23,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	19,1%
Jayne Brasil Garfinkel	15,8%
Outros	0,2%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	0



## ☆ continuação

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

**Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção

relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



São Paulo, 22 de fevereiro de 2019

**pwc**

**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

**Carlos Eduardo Sá da Matta**  
Contador - CRC 1SP216397/O-5

## PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

**Escopo da Auditoria**

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Atuários Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos

pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. em 31 de dezembro de 2018, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Outros Assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.



São Paulo, 22 de fevereiro de 2019

**pwc**

**PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.**

Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino  
São Paulo - SP - Brasil 05001-903  
CNPJ 02.646.397/0001-19  
CIBA 105

**Carlos Eduardo Silva Teixeira**  
MIBA 729

**Cia. Itaú de Capitalização**

CNPJ 23.025.711/0001-16 - NIRE 35300174844

**ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 29 DE OUTUBRO DE 2018**

**DATA, HORA e LOCAL:** Em 29.10.2018, às 8h00, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Alfredo Egydio, 9º andar, Parque Jabaquara, em São Paulo (SP). **MESA:** Luiz Eduardo Loureiro Veloso - Presidente; Andre Balestrin Cestare - Secretário. **QUORUM:** Totalidade do capital social. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação conforme artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76. **PAUTA:** Registrar a destituição de membro da Diretoria e eleger novo administrador. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** 1. Eleito ao cargo de Diretor **MATIAS GRANATA**, adiante qualificado, para o mandato trienal em curso que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2019, em substituição a Adriano Cabral Volpini, que deixa de exercer as suas funções nessa data, passando a Diretoria a ser assim composta: **DIRETORIA - Diretor Presidente: LUIZ EDUARDO LOUREIRO VELOSO**, brasileiro, casado, administrador, RG DETRAN/RJ 05.288.308-9, CPF 000.919.997-74, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **Diretores: BADI MAANI SHAIKHZADEH**, brasileiro, casado, engenheiro, RG SSP/PR 6.620.260-7, CPF 029.765.269-90, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **CARLOS HENRIQUE DONEGÁ AIDAR**, brasileiro, casado, economista, RG SSP/SP 14.047.712-3, CPF 076.630.558-96, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **EDUARDO HIROYUKI MIYAKI**, brasileiro, casado, engenheiro, RG SSP/SP 50.018.159-7, CPF 159.822.728-92, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Terraço, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **LUIZ FERNANDO BUTORI REIS SANTOS**, brasileiro, casado, administrador, RG SSP/SP 17.862.183, CPF 260.250.568-46, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; e **MATIAS GRANATA**, argentino, casado, economista, RNE-CGPI/DIREX/DPF V343726-G, CPF 228.724.568-56, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Terraço, Parque Jabaquara, CEP 04344-902. 2. Registrado que o diretor eleito: (i) apresentou os documentos comprobatórios do atendimento das condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei 6.404/76 e na regulamentação vigente, em especial na Resolução 330/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") e na Circular 526/16 da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), e (ii) será investido em seu respectivo cargo nesta data. 3. Em atendimento às normas do CNSP e da SUSEP, atribuídas responsabilidades aos diretores na forma abaixo: **CARLOS HENRIQUE DONEGÁ AIDAR** - Contabilidade - Resolução CNSP 321/15; Responsável Administrativo-Financeiro - Circular SUSEP 234/03. **EDUARDO HIROYUKI MIYAKI** - Controles Internos - Circular SUSEP 249/04; Controles Internos Específicos para a Prevenção contra Fraudes - Circular SUSEP 344/07. **LUIZ FERNANDO BUTORI REIS SANTOS** - Relações com a SUSEP - Circular SUSEP 234/03; Área Técnica de Seguros - Circular SUSEP 234/03; Acompanhamento, Supervisão e Cumprimento dos Procedimentos Atuariais - Resolução CNSP 321/15. **MATIAS GRANATA** - Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro - Lei 9.613/98 e regulamentação específica. **ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 29 de outubro de 2018. (aa) Luiz Eduardo Loureiro Veloso - Presidente; Andre Balestrin Cestare - Secretário. Homologada pela SUSEP. JUCESP - Registro nº 56.979/19-8, em 29.01.2019 (a) Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

**Itauseg Seguradora S.A.**

CNPJ 29.741.030/0001-30 - NIRE 35300475437

**ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 29 DE OUTUBRO DE 2018**

**DATA, HORA e LOCAL:** Em 29.10.2018, às 12h00, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 9º andar, Parque Jabaquara, em São Paulo (SP). **MESA:** Luiz Eduardo Loureiro Veloso - Presidente; Andre Balestrin Cestare - Secretário. **QUORUM:** Totalidade do capital social. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação conforme artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76. **PAUTA:** Registrar a destituição de membro da Diretoria e eleger novo administrador. **DELIBERAÇÕES TOMADAS:** 1. Eleito ao cargo de Diretor **MATIAS GRANATA**, adiante qualificado, para o mandato trienal em curso que vigorará excepcionalmente até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2019, em substituição a Adriano Cabral Volpini, que deixa de exercer as suas funções nessa data, passando a Diretoria a ser assim composta: **DIRETORIA - Diretor Presidente: LUIZ EDUARDO LOUREIRO VELOSO**, brasileiro, casado, administrador, RG DETRAN/RJ 05.288.308-9, CPF 000.919.997-74, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **Diretores: CARLOS HENRIQUE DONEGÁ AIDAR**, brasileiro, casado, economista, RG SSP/SP 14.047.712-3, CPF 076.630.558-96, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Terraço, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **EDUARDO HIROYUKI MIYAKI**, brasileiro, casado, engenheiro, RG SSP/SP 50.018.159-7, CPF 159.822.728-92, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Parque Jabaquara, CEP 04344-90; **LUIZ FERNANDO BUTORI REIS SANTOS**, brasileiro, casado, administrador, RG SSP/SP 17.862.183, CPF 260.250.568-46, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; e **MATIAS GRANATA**, argentino, casado, economista, RNE CGPI/DIREX/DPF V343726-G, CPF 228.724.568-56, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Terraço, Parque Jabaquara, CEP 04344-902. 2. Registrado que o diretor eleito: (i) apresentou os documentos comprobatórios do atendimento das condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei 6.404/76 e na regulamentação vigente, em especial na Resolução 330/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") e na Circular 526/16 da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), e (ii) será investido em seu respectivo cargo nesta data. 3. Em atendimento às normas do CNSP e da SUSEP, atribuídas responsabilidades aos diretores na forma abaixo: **CARLOS HENRIQUE DONEGÁ AIDAR** - Contabilidade - Resolução CNSP 321/15; Responsável Administrativo-Financeiro - Circular SUSEP 234/03. **EDUARDO HIROYUKI MIYAKI** - Controles Internos - Circular SUSEP 249/04; Controles Internos Específicos para a Prevenção contra Fraudes - Circular SUSEP 344/07. **LUIZ FERNANDO BUTORI REIS SANTOS** - Área Técnica de Seguros - Circular SUSEP 234/03; Acompanhamento, Supervisão e Cumprimento dos Procedimentos Atuariais - Resolução CNSP 321/15; Relações com a SUSEP - Circular SUSEP 234/03; Registro de Apólices e Endossos Emitidos e dos Cosseguros Aceitos - Resolução CNSP 143/2005. **MATIAS GRANATA** - Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro - Lei 9.613/98 e regulamentação específica. **ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 29 de outubro de 2018. (aa) Luiz Eduardo Loureiro Veloso - Presidente; e Andre Balestrin Cestare - Secretário. Homologada pela SUSEP. JUCESP - Registro nº 56.979/19-9, em 29.01.2019 (a) Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

**BSP Empreendimentos Imobiliários D106 Ltda.**

CNPJ nº 20.505.658/0001-62 - NIRE 35.228.497.905

**Extrato do Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social - 9ª Alteração - 19.10.2018**

Pelo presente Instrumento Particular, **BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. (BSP)**, com sede na Avenida Alphaville, 779, 5º andar, lado A, sala 501-parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900, CNPJ nº 14.312.353/0001-31, NIRE 35.300.413.245; e **Bradesco SegPrev Investimentos Ltda. (SegPrev)**, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, CNPJ nº 07.394.162/0001-09, NIRE 35.219.883.211, representadas por seus procuradores, senhores **Antonio Campanha Junior**, brasileiro, casado, advogado, OAB-SP 156.233, CPF 167.477.158/45; e **Dagilson Ribeiro Carnevali**, brasileiro, casado, bancário, RG 10.145.653-0/SSP-SP, CPF 032.509.788-76, ambos com domicílio no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, sócias-cotistas representando a totalidade do capital social da **BSP Empreendimentos Imobiliários D106 Ltda.**, com sede na Avenida Alphaville, 779, 5º andar, sala 501-parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900, CNPJ nº 20.505.658/0001-62, NIRE 35.228.497.905, deliberaram, de comum acordo: 1) reduzir o capital social em R\$37.344.831,00 por julgá-lo excessivo, de conformidade com o disposto no inciso II do artigo 1.082 do Código Civil Brasileiro, alterando-o de R\$263.954.678,00 para R\$226.609.847,00, com o cancelamento de 37.344.831 cotas, de propriedade da Sócia-Cotista **BSP**, com a concordância da sócia-cotista **SegPrev**, sendo o montante de R\$23.344.831,00 utilizados para a compensação de "Prejuízos Acumulados" e o valor de R\$14.000.000,00 como restituição de capital à Sócia-Cotista **BSP**; 2) alterar, em consequência do item "1", as redações do "caput" e do parágrafo primeiro da cláusula quarta do contrato social que passam a ser as seguintes: **"Cláusula Quarta** - O capital social é de R\$226.609.847,00 (duzentos e vinte e seis milhões, seiscentos e nove mil, oitocentos e quarenta e sete reais), dividido em 226.609.847 (duzentos e vinte e seis milhões, seiscentas e nove mil, oitocentas e quarenta e sete) cotas, do valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, subscrito e integralizado em bens imóveis. **Parágrafo Primeiro** - O capital social encontra-se assim distribuído entre os sócios:

Cotistas	Quantidade Cotas	Valor R\$
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A.	226.609.846	226.609.846,00
Bradesco SegPrev Investimentos Ltda.	1	1,00
<b>Total</b>	<b>226.609.847</b>	<b>226.609.847,00;"</b>

E por estarem assim justas e contratadas, as sócias-cotistas, por seus representantes legais, assinam o presente instrumento particular, impresso em 3 (três) vias de igual forma e teor, com 2 (duas) testemunhas, autorizando, desde já, o seu arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo, para os fins e efeitos de direito. Barueri, SP, 19 de outubro de 2018. Sócias-Cotistas: p.p. BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. e Bradesco SegPrev Investimentos Ltda. - Antonio Campanha Junior e Dagilson Ribeiro Carnevali. Testemunhas: Miguel Santana Costa - RG 24.465.955-2/SSP-SP - CPF 135.104.988/79; Fátima Regina B. P. da Nóbrega Medeiros - RG 24.922.770-8/SSP-SP - CPF 315.760.568/21.

